

África: desenvolvimento num labirinto

Os últimos anos foram caracterizados, na África, por um lento, complexo, mas nítido processo de democratização. A despeito de não ser ainda extensivo a todo o continente, é inegável a ocorrência de profundas transformações quantitativas que denotam o aprofundamento do processo de abertura democrática.

Esse fato em si já é louvável, muito embora reconheçamos que o autêntico caminho que conduzirá a África à plena democracia configura-se ainda em um grande labirinto, haja vista a complexidade de fatores convergentes na solução de problemas relacionados ao continente. Também, é provável que essa última constatação tenha sido a razão principal que tem motivado, no meio africano, e não só, o debate sobre qual o paradigma que deve ser

adotado no que se refere ao desenvolvimento das jovens nações africanas.

Nesse sentido, um seleto grupo de intelectuais africanos defende a tese de que a mudança do mundo é irreversível e se processa a cada dia que passa, sendo comprovada pelo declínio do bloco socialista, o fim da bipolarização do poder mundial, a proliferação de economias de livre mercado sustentadas pela teoria neoliberal e a existência já na África de formas de consumo altamente capitalistas, providas pelas grandes empresas multinacionais como Mercedes Bens, Nissan, BMW, Coca-Cola, entre outras. Seriam essas razões suficientes para a implantação no continente de modelos de desenvolvimento consagrados na Europa e nos Estados Unidos da América, já que se tornaram nulos os modelos de orientação socialista.

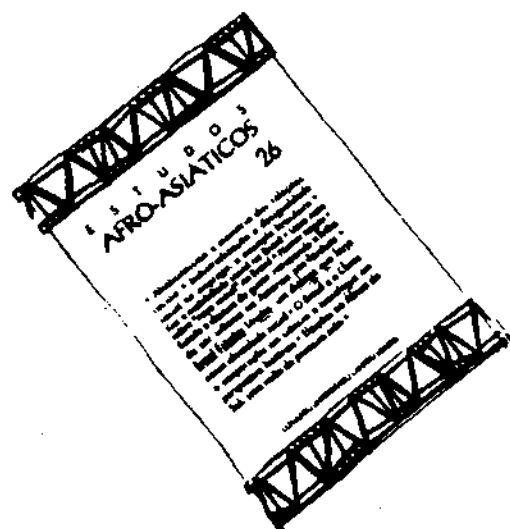
Ora, segundo os últimos relatórios das Nações Unidas, a maioria dos países africanos, com raras exceções, estão classificados na categoria de menos desenvolvidos, baixa renda *per capita*, sem infra-estrutura básica, altamente endividados e dependentes da ajuda externa. Partindo dessa premissa, se torna ilusória qualquer possibilidade de impor a um cidadão angolano, por exemplo, no que se refere ao padrão de desenvolvimento, o mesmo tipo adotado pelo cidadão californiano, se não considerarmos, *a priori*, que o cidadão da Califórnia é, por fatores lingüísticos, étnicos, culturais, geográficos e históricos, diferente do cidadão de Angola. De modo que o paradigma de desenvolvimento a ser adotado para a África deve, em primeiro lugar, respeitar essas diferenças a fim de tornar esse desenvolvimento

específico, endógeno. E mais, deve também considerar que entre o cidadão angolano e o californiano existe um filo natural que emana da realidade própria de cada país, sociedade, cultura ou língua que, por consequência, faz com que o angolano não pense o mundo exatamente como o californiano, mesmo que ambos possuam um Pajero ou consumam Marlboro.

Todas as instituições jurídicas, sociais, económicas e culturais existentes devem ser cuidadosamente analisadas quando se pretende encontrar um modelo de desenvolvimento que, antes de tudo, para a África, deve nascer de uma dinâmica própria.

Lino Sobrinho
Buambua
(geólogo angolano,
pós-graduando na
Unicamp)

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roqui-naldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



ENTREVISTA

“Actualmente, os deputados independentes são uma espécie de filhos de um Deus menor”

Arnaldo Silva, advogado, deputado, ex-governante, responsável pela Comunicação Social, no primeiro governo da II República, é uma das personalidades que mais se tem destacado no actual panorama político cabo-verdiano. Enquanto analista, enquanto deputado as suas opiniões polémicas e corajosas têm já fiéis leitores, gente que o escuta atentamente. Nesta entrevista, que nos concedeu enquanto deputado independente, Arnaldo Silva, aborda os aspectos mais relevantes da actualidade política nacional, numa perspectiva que poderá não agradar a gregos e troianos, mas que agrada sem dúvida ao espírito democrático que Cabo Verde de hoje exige e prefere, para além da polémica...

CORREIO QUINZE, 23.6.95

* Filipe Correia Sá

Serviço Especial para Correio Quinze

Aproximam-se as próximas eleições, o senhor deputado não está em nenhum partido, é independente. Qual vai ser o seu futuro político? Vai manter-se como independente? Vai integrar-se em alguma lista? Qual?

- Gostaria de continuar a fazer política. E preferencialmente como independente. Só que, em Cabo Verde, não estão infelizmente criadas as condições para o desempenho político como independente. Basta ver o que se passa na A.N. em relação aos deputados independentes. São deputados como os outros, mas não têm o mesmo direito de usar da palavra, não são integrados em comissões especializadas, são marginalizados de todas as actividades parlamentares e nem sequer são integrados em deputações para o exterior. Eu, por exemplo, era membro do grupo da UIP, mas desde a altura em que passei a ser independente nunca mais fui convidado sequer para uma reunião aqui na Praia. Entretanto, fui eleito e nunca houve a minha “deselecção”. Isto tem a ver, com a mentalidade autocrática, antidemocrática e exclusivista dos actuais dirigentes do partido da maioria, que pensam e agem como se tivessem chegado ao poder por via do golpe de estado.

Fazer política, em Cabo Verde, como independente é difícil. Os partidos que temos, não obstante apregoarem a abertura à sociedade civil, desconfiam dos independentes. A minha experiência no MPD ensina-me que os partidos são todos castradores da tua individualidade, querem consumir-te e transformar-te numa peça de uma grande máquina. É um autêntico processo de robotização.

Por isso quero continuar a ser independente e gostaria de continuar a ser deputado na próxima legislatura. Em que listas? Sei que não vai acreditar, mas ainda não sei. Costumo dizer, meio sério, meio a brincar, que há alguns

deputados independentes que, pelo seu desempenho, os seus “passes” são caros. Devem ser conquistados. Mas não vejo nenhuma estratégia dos partidos em relação aos actuais deputados independentes. Sei que algumas pessoas acham que somos quase todos futuros participantes nas listas do PCD. Pode não ser verdadeira esta asserção. As pessoas, por exemplo, não conseguem dissociar-me do PCD. Para todo o sítio por onde passe e também no estrangeiro as pessoas identificam-me com o PCD. Quando lhes digo que não entrarei em partido nenhum ficam quase que escandalizadas. Costumo dizer às pessoas que não sei o que se passa com o PCD e não acreditam. Mas é verdade. Por exemplo, desde o Congresso de Fevereiro nunca mais falei com o Dr. Eurico Monteiro sobre a política e se não estou em erro nunca nos encontramos, desde a sessão parlamentar de Fevereiro. O que lhe garanto é isto: se entrar nalguma lista será com compromissos bem claros e que passarão pela viabilização do governo, não votação de moção de censura e aprovação do orçamento, podendo aceitar, em determinados momentos, a minha substituição nas matérias em relação às quais não concordo e que sejam vitais para o partido. Não me sujeitaria nunca a votar contra as minhas convicções, como acontece agora. O que se passa agora é uma verdadeira venda de convicção a troco de lugares ou “tachos”. Isto nunca aceitará. Hoje poderia estar em Harvard ou na Suíça a fazer um master ou poderia estar a ganhar rios de dinheiro se tivesse hipotecado as minhas convicções. Mas francamente não estou arrependido.

- Vi ser necessário alterar o estatuto dos independentes...

- Actualmente, os deputados independentes são uma espécie de filhos de um Deus menor. Futuramente, as coisas podem melhorar desde que sejam feitas algumas alterações ao actual Regimento. Porém, mais importante do que alterar o regimento deve-se mudar a atitude dos partidos perante os independentes e dos seus dirigentes. Se continuarem a gerir os destinos do Parlamento dirigentes com

mentalidades tão tacanhas e obusas como os actuais, gente sem qualquer cultura política e muito menos democrática, os independentes continuarão a ser o que são actualmente.

- Como encara o actual regime cabo-verdiano, nas suas várias componentes, Presidente da República, Governo...?

- Gostaria de fazer uma distinção: temos um regime democrático, consagrado constitucionalmente, mas há uma prática de um verdadeiro regime de partido único. A realidade está ali para comprová-lo. No fundo, falta aquilo que se chama a realização da Constituição.

O actual sistema de governo, chamado de parlamentarismo mitigado é apenas uma afirmação constitucional. O que realmente existe é um presidencialismo do primeiro-ministro, aliás, fui a primeira pessoa a escrever isso, em Cabo Verde.

Temos um Presidente da República cuja presença praticamente não se sente, e a culpa não é apenas dos poderes presidenciais; é, fundamentalmente, por causa da personalidade do titular do órgão. O actual PR é uma pessoa pacata, apagada e sem qualquer protagonismo; é demasiado low-profile para o cargo. Às vezes fico com a sensação de que ele se meteu numa redoma de vidro, para nem sequer apanhar poeira; mas quem está na política deve sujeitar-se ao lume e à poeira do poder, estranhamente, ele quase que cultivou uma imagem de santo, de pessoa intocável, a ponto de todos dizerem que o seu desempenho é “globalmente positivo”. Eu entendo que é globalmente negativo. O desempenho de um PR não pode resumir-se a uma mensagem à Nação, uma entrevista crítica ao Correio Quinze e uma tomada de posição contra a entrada de Cabo Verde no Conselho de Segurança da ONU, para além da promulgação de leis e discursos de abertura de algumas cerimónias oficiais. Repare que o Conselho da República só deve ter sido reunido para a aprovação do seu Regimento. Não conseguiu ser nem árbitro nem moderador do sistema. Pode ter alguma razão que não tem muitos poderes, mas se ele

“O poder judicial é dos poucos de que nos orgulhamos”

nem sequer utiliza os que tem, precisa de mais, para quê?

Houve vários momentos em que o PR deveria utilizar a sua magistratura de influência para evitar que o país caísse no ridículo. Por exemplo, é ridículo o que se passa no Município da Praia, e, pessoalmente, não conheço qualquer acção do PR junto do governo no sentido de se fazer cumprir a lei. Até pode ser que tenha feito algo, mas a partir do momento em que ele promulgou a data das eleições, não pode considerar-se ilibado de tudo isto. Aliás, há dias vi-o na televisão a afirmar que várias vezes disse ao governo que as eleições intercalares eram desnecessárias. Fiquei triste. Se eram desnecessárias porque então promulgou a data da sua realização. E mais caricato agora é o facto de as eleições terem sido desmarcadas. Ele terá que promulgar novamente o decreto que manda desmarcar as eleições. O país não pode ser “gozado” pelo governo desta forma, só porque quer manter o seu Presidente da Câmara custe o que custar.

O PR pode perfeitamente argumentar que não tem poder para requerer a fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis; é verdade, mas isso não justifica que promulgue quase tudo, mesmo leis só admissíveis em regimes anti-democráticos; v.g., a que ordena a expulsão dos deputados do Grupo Parlamentar, a que retira o direito de indemnização a gestores públicos, feita só para atingir A, B, ou C, pessoas que deixaram de bater palmas ao governo; mesmo na vergonhosa questão que foi a tentativa de cassação fica-se sem saber a posição pública do PR. Não se pronunciou publicamente, quando o deveria ter feito, pois, tratava-se do mais grave atentado contra a nossa democracia, é claro, que já houve muitos outros, mas igual a este não. Por acaso, eu sabia qual era a posição do PR sobre esta matéria, porque fomos recebidos por ele; não vou aqui publicitá-la por não ser eticamente correcto, uma vez que não nos autorizou a tanto. É nestas e noutras ocasiões, que o PR deveria, fazendo uso de uma magistratura de influência, demover o partido da maioria. Portanto, a sua função moderadora para evitar o triste espectáculo a que o país foi submetido em Maio de 1994. Todos os atentados à Constituição poderiam ser evitados. E o PR jurou não só fidelidade à Constituição como a sua guarda, isto é, a sua defesa.

- Então não apoiará a recandidatura do actual PR...

- Um mérito tem o actual PR, foi tão low-profile que teve pouco desgaste, se se recandidatar as presidenciais serão uma espécie de passeio para ele. O nosso povo adora figuras com a aura de santo, o que o actual PR na verdade tem. A minha opinião, por mais que isto choque, é que o País precisa de um outro PR, capaz de meter o governo na ordem, quando em comportamento idêntico

ao actual governo. Há gente em Cabo Verde com este perfil.

- Quem?

- Posso dar-lhe alguns nomes de bons presidencialistas, a ordem é arbitrária: Jorge Carlos Fonseca, Manuel Faustino, Pedro Pires, Onésimo Silveira. Há dois anos eu tinha uma candidata mas desiludiu-me muito...

O Governo, neste nosso mitigado parlamentarismo, é o verdadeiro centro do sistema. O Parlamento é uma mera ante-câmara do governo. Quem manda no Parlamento é o primeiro-ministro. Ele comanda tudo, e não é por acaso que ele muda para AN com armas e bagagens durante as sessões. Mas isto é o resultado do partido maioritário que temos e dos deputados que temos. Você seria capaz de imaginar um Amílcar Spencer Lopes a fazer frente a um Dr. Carlos Veiga? Uma pessoa que cai de paraquedas para um lugar e sabe-se lá como? O Dr Veiga pode ser acusado de tudo, menos de falta de protagonismo, momento agora que ele parece querer ser Presidente da República. Aliás, prefiro votar nele a ter que votar em Mascarenhas Monteiro. O desempenho do governo é manifestamente fraco porque tem uma equipa pior que a de mairaquilhos. Mas deve-se reconhecer que está a fazer um enorme esforço para mostrar algo. Tarde demais.

- Relativamente ao presidente da República há quem defenda a opinião que este seu low-profile corresponde a uma estratégia que visa aguardar melhores condições para ter um desempenho mais activo de acordo com o seu próprio estatuto. O estatuto que ele tem hoje permite-lhe fazer uma intervenção que corre o risco de provocar crises institucionais perigosas para Cabo Verde. Tendo um enquadramento legal da Constituição, com mais poderes aí ele teria maiores possibilidades de intervir sem provocar esse tipo de crises. O que pensa disto?

- Penso que o presidente com essa postura demasiadamente “low-profile” poderá de facto querer isso, mas eu não acredito, tendo em conta a sua

personalidade, acredito mais que isso possa ser uma estratégia que vise fazer com que haja uma espécie de chamamento de todos para que ele se recandidate. Mas eu pessoalmente não acredito que mudando os poderes do presidente ele seja mais interventor, ele tenha maior protagonismo, porque muitas vezes o protagonismo não está em ter poderes formais, mas depende da própria personalidade da pessoa em causa. Por exemplo, na pléiade dos países chamados de regimes semi-presidenciais, que não é o nosso caso, mas que se aproxima, os poderes que na prática o presidente francês detem não resultam da Constituição. Têm a ver com as características

de quem exerce o cargo. Eu não estou a ver o Mascarenhas Monteiro num segundo mandato, com mais poderes na Constituição a ser um presidente mais protagonista, mais interventor. Mas a questão talvez mais importante para mim é outra: eu acho que a revisão da Constituição, mormente alterando os poderes do presidente, não pode ser vista em função da pessoa. Eu defendo que se pode avançar de facto para uma revisão constitucional, alterando os poderes do presidente. Por exemplo, alterando os poderes em relação à própria dissolução da Assembleia, não deixar o presidente manietado pelos actuais condicionamentos que existem, seria talvez aí o ponto mais importante, condicionar menos a dissolução da Assembleia, o sistema que temos. Tenho que dizer que os actuais condicionamentos foram introduzidos pela Comissão Política do MPD porque começou logo muito cedo a desconfiar do Dr Mascarenhas Monteiro. A desconfiança surgiu a partir do momento em que ele deu aquela entrevista a defender solução diversa da proposta pelo MPD, antes das eleições.

- Por que optaram pelo actual sistema na altura?

- Na altura o MPD desconfiava do presidente, o MPD sempre viveu com o espectro de uma possível dissolução, então arranjou-se essa armadilha de deixar o presidente com as mãos atadas em relação ao Parlamento.

Não se repetirá de certeza o actual quadro parlamentar. Numa assembleia possivelmente com quatro partidos representados eu penso que existirão condições óptimas para negociar uma possível revisão constitucional e alterar assim o actual sistema de governo. Penso que se pode evoluir para o sistema semi-

presidencial, com um presidente com poderes não condicionados tal como neste momento. Eu penso também que era fundamental numa possível revisão constitucional a introdução ou concessão ao Presidente da República do poder de requerer a fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis. Eu diria até que é um dos poderes fundamentais, em relação ao qual, estranhamente, naquela guerra dos poderes do presidente não se fez muita questão, mas para mim, é fundamental. Hoje em dia, por exemplo, tem havido vários casos de leis que são ou se não são manifestamente inconstitucionais há pelo menos dúvidas sobre a sua conformidade constitucional. Seria a forma de, por exemplo, o presidente, antes de promulgar a lei, pedir um pronunciamento do Tribunal Constitucional sobre a conformidade ou não dessa lei em relação à Constituição. Ele não tem esse poder, de facto não o pode fazer. É claro que há vantagens e há desvantagens.



Sem alternância não há democracia

Poderá funcionar como uma espécie de bloqueio, mas eu penso que entre vantagens e desvantagens há muito mais vantagens em se conceder esse poder ao presidente. Há formas tradicionais de ultrapassar a não promulgação por inconstitucionalidade, por exemplo: remeter uma lei da Assembleia de novo à Assembleia, a lei poderá ser confirmada ou não, mas neste momento ele não pode fazer isso. Mas isto também não justifica que ele promulgue sempre, como tem feito, ou quase sempre tem feito. Os três anos da nossa prática constitucional demonstram que o sistema pode ser melhorado.

- A Igreja tem estado em plano de destaque nos últimos tempos, e o que resulta de uma primeira análise é a confirmação de que ela tem um peso bastante grande na sociedade. O que me pode dizer sobre o papel da Igreja no processo que vivemos actualmente, inclusive, tendo em conta a aproximação das eleições?

- Eu vejo com alguma preocupação o possível envolvimento da Igreja nesse processo político. Eu faria um apelo para que a Igreja não se intrometesse nessa questão política. Agora, estranho é que hoje verifica-se que todos no fundo namoram a Igreja. Quase todos os partidos estão de facto atrás da Igreja porque sabem que a Igreja se calhar tem mais força do que qualquer partido ou tem mais força do que todos os partidos juntos. Por exemplo, hoje estou a ver aqui, numa notícia de primeira página, em grande destaque: "Bispo D. Paulino vai falar ao PAICV". Na notícia vê-se nitidamente que o próprio PAICV também está a namorar a Igreja, o MPD idem aspas, o PCD se calhar a mesma coisa, a UCID é o partido que defende a democracia-cristã... O fundamental, neste momento, o maior contributo que a Igreja poderia dar neste processo que se aproxima é de não se intrometer nessa disputa eleitoral. Até porque entre os cristãos que são a maioria dos cabo-verdianos, cada um tem o seu partido. De modo que seria um pouco abusivo, por exemplo, a Igreja dar indicação neste ou naquele partido. Eu julgo que a fé não pode ser politizada, cada um é livre de optar pelo partido A, B ou C, mas se a Igreja se intrometer dando indicação neste ou naquele sentido os resultados serão nitidamente falsificados. A questão é saber se o cristão deve obedecer à sua consciência política ou estar de acordo com aquilo que o partido dele defende, ou se deve obedecer à indicação da Igreja. No fundo, no fundo, seria uma forma até fácil de fazer alinhamento de consciências. Nós somos um povo altamente religioso, a maior parte de nós somos religiosos, somos católicos, e não temos o direito de instrumentalizar, através da Igreja a nossa vontade política. Por exemplo, o caso que se passou na Assomada é preocupante, não tenho dados para dizer que aquilo foi feito a mando de alguém, mas o certo é que por aquilo que me contaram, ainda

há dias estive em Santa Catarina, é praticamente impossível a uma pessoa isolada ter feito aquilo, tem que ser algo orquestrado, algo bem programado. Não só pela dificuldade de acesso àquelas zonas, pela distância entre as capelas, tudo isso demonstra que é possível que alguém tivesse interesse em ter organizado aquilo, para tirar dividendos ou para prejudicar este ou aquele. De modo que eu penso que o fundamental nessa disputa política é que a Igreja se abstinhasse e não tomasse partido.

- O caso das capelas de Santa Catarina e outros indícios, mais recentes, levam algumas pessoas a temer as próximas campanhas eleitorais, considerando que elas podem assumir aspectos de violência, poderão ultrapassar o que se viveu na campanha de 91...

- Eu tenho uma opinião muito própria. Penso que as campanhas que se avizinham vão ser piores do que as de 91. Sente-se que de facto há um ambiente impróprio, um ambiente hostil. E eu aqui queria fazer um apelo ao Governo no sentido de criar as condições para evitar os pequenos sintomas que existem já, como assaltos a casas de pessoas bem identificadas, actos tipo fogo-posto em relação a viaturas... Digo que seria fundamental desde já o governo começar a tomar medidas no sentido de proteger os eventuais actores, ou participantes nesse processo. Não me parece, pelos sinais que existem, que o Governo tem criado as condições para que as próximas eleições ocorram num ambiente de paz, de concórdia. Porque quando há essa manipulação da comunicação social, quando há uma atitude deliberada de hostilização, de bloqueio aos outros partidos, todos os seus potenciais apoiantes ou militantes se sentem revoltados. Com posturas desse tipo não é previsível que as campanhas venham a ser pacíficas. Repare na onda de pichagens que há nas paredes, não de debate político, mas de insultos. Não se sabe quem faz isso. São sinais, preocupantes e eu pessoalmente acho que se não se tomarem medidas de prevenção agora, inclusive fazendo uma espécie de pedagogia através dos órgãos, através da rádio e da televisão, um apelo ao civismo, penso que vamos ter dias negros nas próximas campanhas.

- Falou da Comunicação Social. Como antigo responsável da área que avaliação faz do trabalho que tem vindo a ser feito, tanto pela comunicação social do Estado como pela privada?

- Em primeiro lugar, aquilo que se passa hoje na comunicação social do Estado envergonha-me. Como cabo-verdiano sinto-me envergonhado com o que se passa, mormente na televisão. Nunca, na minha vida, pude imaginar que em pleno Estado de direito, um Estado que se diz democrático, nunca pude imaginar que a televisão nacional, um órgão que todos nós suportamos com os impostos que pagamos, fosse transformado

num órgão de propaganda e de culto de personalidade de uma pessoa. É o caso concreto do primeiro-ministro que todas as suas visitas, as suas viagens, até para sítios em que não há ninguém, é feita uma cobertura de propaganda total. Eu diria que aquilo que se vê hoje na comunicação social do Estado, na televisão,



pele menos, sinceramente, não se viu em Cabo Verde a partir de 1980. É escandalosa a forma como tem feito o seu trabalho. É claro que falando de comunicação social neste governo, eu diria que não se fez praticamente nada. Se reparar bem, o que se fez? Alterou-se a lei de imprensa, logo no primeiro ano, permitindo a abertura da televisão, da rádio ao privado, e até agências noticiosas, alteraram-se aquelas disposições da lei de imprensa que não eram compatíveis com um Estado democrático. No que se refere à formação, falou-se sempre, fez-se alguma coisa, muito pouco, dos tais incentivos de que se falava - desde 1991 que se tem falado -, não se viu praticamente nada, a imprensa privada não foi estimulada em quase nada. Havia um pacote que eu deixei do tempo até hoje não se fez absolutamente nada, não se avançou, e a imprensa privada tem sobrevivido, toda a gente sabe, não é algo novo, contra bloqueios, contra algum apeto, algum sufoco, e tem feito um trabalho que, a todos os títulos, é meritório. Eu julgo que na comunicação social, na Rádio, na Televisão, o que se passa hoje em dia é aquilo que eu sempre impedi que acontecesse, é aquilo que os meus colegas queriam em 91. O que me choca, hoje em dia, é ver como é que o Dr. Veiga, que sempre esteve comigo na defesa da liberdade, na não manipulação, na não interferência hoje aceita... bom, aceita porque o poder modifica as pessoas. Ele e o Dr. Jorge Carlos Fonseca estavam comigo na linha da frente contra aquilo que hoje se faz, e que os meus colegas queriam que se fizesse já em 91. Estive um ano no Governo, se calhar passei 2/3 desse ano a tentar incutir na cabeça dos meus companheiros do governo e do partido que deveríamos ter uma postura de total autonomia, de não interferência, de total liberdade... E hoje, claro, faz-se o que eu tentei evitar que se fizesse. Digo isso com o coração na mão, mas de facto é esta a realidade nua e crua. Mais: eu defendia em 91 e continuo a defender que não devia existir nunca um titular dessa pasta. Esses órgãos teriam todos uma gestão autónoma, poderia haver políticas definidas pelo governo, parâmetros gerais, e cada um funcionava com autonomia. O governo deixou de cumprir o seu programa relativamente à Comunicação Social. Neste sector, esteve-se mais preocupado em arranjar financiamentos ou canais de influências para projectos pessoais do que



financiamentos ou canais de influências para projectos pessoais do que





"Nós estamos a acabar uma legislatura e não conseguimos fazer leis que permitissem que as pessoas confiassem, que sentissem que a política é algo sério: não fizemos leis sobre a transparência, não fizemos leis sobre o combate à corrupção, não fizemos leis sobre a responsabilização dos políticos e, portanto, transmitimos a ideia de que os políticos são impunes."



propriadamente para a melhoria do sector e da classe. O Governo nem sequer foi capaz de resolver o Estatuto dos profissionais da área. Se há sector onde as promessas caíram no caixote do lixo esse sector é o da Comunicação Social.

- A sociedade civil está refém dos partidos políticos? Cada vez mais as pessoas apontam o protagonismo excessivo de figuras políticas de um determinado quadrante, a maior parte das vezes, em intervenções repetidas, sem novidades, sem brilho, aparecer por aparecer, em noticiários, nomeadamente televisivos, amorfos, indiferentes ...

- Para já todos, talvez com excepção de um, defendem que a política em Cabo Verde deve ser partidária. A sociedade civil está de lado. Para além disso, a nossa sociedade civil, não sei porquê, não reage, não se indigna. O que se passa hoje na comunicação social do Estado deve ser motivo para a sociedade civil se indignar e se revoltar contra isso, mas não faz nada. O que se passa na Câmara da Praia também indigna, mas não se faz nada. As pessoas, a sociedade civil no fundo, o que preferem? Preferem comentar intra-muros, desabafar com os amigos mas não se sente nada. E a culpa é em certa medida do poder que temos. E hoje, o que se verifica é que a política, mais do que nunca em Cabo Verde, é vista como algo nefasto e nós contribuímos para isso. Nós estamos a acabar uma legislatura e não conseguimos fazer leis que permitissem que as pessoas confiassem, que sentissem que a política é algo sério: não fizemos leis sobre a transparência, não fizemos leis sobre o combate à corrupção, não fizemos leis sobre a responsabilização dos políticos e, portanto, transmitimos a ideia de que os políticos são impunes. Nesse quadro, eu compreendo que qualquer sociedade civil se desinteresse e em Cabo Verde, de facto, a sociedade civil não se sente em nada e as coisas acontecem, as pessoas parece que se estão nas tintas e entretanto tudo é tolerado ou tolerável. Por isso é que eu digo que a sociedade civil é apática, é amorfa, é preguiçosa e nesse sentido de facto é refém dos partidos. E todos eles no fundo dizem que apoiam mas na verdade a situação é esta e é lamentável que isso aconteça.

- Falemos então dos partidos políticos.

Como encara o quadro existente, nomeadamente no que se refere ao papel da oposição?

- Eu considero que o desempenho da oposição é fraco. Não foram criadas condições para que a oposição, de facto, exercesse a sua função. Em Cabo Verde, desde o início, criou-se a ideia de que a oposição é uma espécie de diabo. Tentou-se diabolizar a oposição, definiu-se logo em 91 uma estratégia de acabar com a oposição, que na altura era o PAICV... mas isso em democracia é absurdo. Quer-se um sistema plural mas, por outro lado, define-se uma estratégia de acabar com esse elemento fundamental que é a oposição. Depois as coisas evoluíram, a melhor coisa que aconteceu na II República foi a cisão do MPD, fez que houvesse alguma descompressão, veio acabar, em certa medida, com a tal bipolarização e passou-se a respirar melhor. Mas a verdade é que num país como este, fazer política e, ainda por cima, na oposição é complicado, e porquê? Porque faz-se oposição e sofrem-se cortes, tem que se pensar entre fazer política e manter a família, esse é um grande dilema de Cabo Verde. É um país onde o Estado é o grande patrão, se você critica, se faz oposição dura corre o risco de perder o seu pão. Hoje em dia se calhar temos mais perseguição à oposição do que em 1985 até 1990 quando nem sequer havia oposição. Não havia oposição institucionalizada, mas havia pessoas que nitidamente eram contra o regime mas hoje o que se faz em relação àquilo que poderia ser a eventual oposição em 85 até 91 é pior.

- Então por que é que o desempenho da oposição é fraco?

- O PAICV nunca esteve na oposição, não tinha experiência de oposição. A UCID foi durante algum tempo, desde 90 até à eleição da actual direcção, uma grande confusão. Para além disso, as lideranças partidárias, salvo uma excepção, são fracas.

O PAICV definiu a sua estratégia de fazer somente oposição parlamentar. Sente-se mais que há oposição quando há parlamento e, o governo, percebendo isso, então resolveu silenciar a oposição, não transmitindo as sessões e agora avançou com o bloqueio aos órgãos. Digo que o PAICV fez oposição muito fraca porque o PAICV deve ser o único partido no mundo que tem nas mãos um sindicato,

uma central sindical, a UNTC-CS, que por mais que se queira negar, é uma central sindical próxima do PAICV, não soube utilizar. Não houve neste país, e já houve situações para tanto, nenhuma greve geral, não tem uma estratégia sindical muito clara.

O PCD surgiu nas condições em que surgiu, sente-se muito pouco, não sei se estão a trabalhar pouco ou não; se estão a trabalhar temos esse triste problema que é o tal bloqueio de que falei. Então quer-se dar a ideia de que o que existe é só o MPD. Mais do que isso, para além de toda a estratégia de diabolização, houve um outro problema: é que tentou-se, isso é nítido, fazer ver aos outros que de facto defende-se no fundo um sistema plural, mas sem partidos, que é paradoxal. Como dizia alguém há dias, o actual poder se calhar sonha com uma democracia sem oposição. Porque quando diaboliza o PAICV, quando se quer juntar o PCD ao PAICV, quando se qualifica a oposição de regressiva, de anti-patriota, agora também de imbecis, de hipócritas, no fundo é a própria democracia que está em risco, que está em perigo. Porque sem oposição não é possível haver democracia, então a gente volta ao partido único que, no fundo, neste momento, são essas práticas que existem. E escandaliza mais porque hoje estamos abertos ao mundo: vê-se sem problemas RTP1, CNN, CFI, vê-se todos os dias que todos os partidos têm voz, todos os actos são cobertos. Aqui não. É caricato dizer isto mas é verdade: um dirigente do MPD, da comissão política, há dias na Assembleia disse-me assim... "não, deve-se dar cobertura só ao governo porque é o partido do governo que foi eleito, em democracia deve ser assim."!!! Quando chegamos a este estado de facto, com dirigentes desse calibre, ficamos preocupados, temos que temer o futuro do nosso sistema democrático.

De facto, a oposição que temos, por causa dos condicionalismos que existem como eu disse, ser o Estado o maior empregador, por causa das ameaças, por causa das perseguições... Repare no que aconteceu em Maio do ano passado. Seguramente muitos daqueles deputados, se não fosse por causa dos tais laços comestíveis, eu não digo que estariam a apoiar o PCD ou o PAICV, mas não votariam com o Governo. Votaram porque de facto pensaram duas vezes: entre um voto favorável e perder um bom lugar, acabaram por optar pelo bom lugar, há casos evidentes. Hoje em dia, o grande problema do MPD vai ser nas próximas legislativas, porque com os deputados que têm, que aguentaram e suportaram aquilo, com aqueles deputados o MPD não vai a lado nenhum. Não acredito que vão aceitar não ser integrados em lugares não elegíveis. Vai ser um problema do MPD como os outros partidos também terão problemas na composição das suas listas. Mas penso que se deve criar a tal cultura democrática que não existe, convencerem-se que a oposição é tão útil, é tão importante como o governo, como a situação. Em sistemas democráticos tem que haver alternância, o MPD não pense que vai ficar

eternamente no poder, tem que haver alternância. Sem alternância não há democracia nenhuma no mundo.

- No que se refere ao poder local parece que nem tudo vai bem. Embora pela calada, as pessoas falam do excessivo protagonismo de certos presidentes da Câmara e do papel decorativo de algumas Assembleias Municipais que se limitam a assinar de cruz. Tem alguma notícia disto? Em geral, o que pensa do poder local em Cabo Verde?

- A problemática da descentralização é, sem dúvida, um pouco complicada, e não se resolve num mandato. Saímos de um sistema muito centralizado, e passamos para um sistema democrático que implica descentralização de várias coisas. O que se passa neste momento, e eu não quero culpar totalmente o governo agora, mas o que posso dizer é que podia-se ter feito mais em relação à descentralização. O que se verifica neste momento é que a descentralização é feita gota a gota e de uma forma esquisita, até. Não se compreende que, por exemplo, as Câmaras Municipais só lancem concursos a partir de um determinado valor. Não se compreende, por exemplo, que a Câmara Municipal da Praia não lance concurso para estrada Praia-Trindade. Eu até perguntaria se a Câmara da Praia não tem mais estrutura, mais engenheiros ou mais arquitectos do que o próprio Ministério? A questão não é só esta. O problema da descentralização em Cabo Verde quanto a mim não se resolve só com leis. Agora alterou-se o Estatuto dos Municípios, tudo bem, as alterações acho que são pacíficas, acho que podem melhorar, mas o problema não é de leis. Nós criamos o hábito neste país de pensar que criando as leis as coisas se resolvem, pode-se ter a

melhor lei do mundo mas se não houver vontade política de se fazer não se vai longe. Não se pode fazer descentralização em função dos interesses do partido A, B ou C. Neste momento, por exemplo, o poder local vive ou sobrevive em função do bom ou mau diálogo com o poder central. Por exemplo: se há sintonia entre uma Câmara e o poder central tudo funciona bem, se não há sintonia entre esses dois poderes as coisas não podem funcionar. Nós temos primeiramente que criar a ideia, meter na nossa cabeça que devemos descentralizar não em função da cor política da Câmara mas sim em função dos reais interesses dos municípios, para resolver os problemas locais. Eu até defendo, pode até ser considerada uma tese radical, que a descentralização deveria ser feita nestes termos: para já, do ponto de vista financeiro, ter uma lei quadro referência, que não existe, haver critérios definidos, não fazer as coisas em função da filiação ou proximidade paritária; ter uma lei das Finanças locais. Do ponto de vista financeiro, por exemplo, transferir muito mais, eu até avançaria para a ordem dos 30% das receitas - há quem defenda 50% -, e não ficar no mínimo de 6% ou 5%. Agora parece que o mínimo é 6 mas parece que



Eu considero que o desempenho da oposição é fraco. Não foram criadas condições para que a oposição de facto exercesse a sua função. Em Cabo Verde, desde o início, criou-se a ideia de que a oposição é uma espécie de diabo. Tentou-se debilitar a oposição e fêz-se logo em 91 uma estratégia de acabar com a oposição, que na altura era o PAICV... mas isso em de mais rasgo absurdo. Quer-se um sistema plural mas, por outro lado, define-se uma estratégia de acabar com esse elemento fundamental que é a oposição.

nem aos 6% o governo chega. Manter um poder central mínimo só com Ministérios da chamada área de soberania.

Para além da parte financeira de que já falei, penso que se devia permitir aos municípios a gestão dos projectos e lançamento de concursos não limitando como actualmente se faz, descentralizar a assistência social, a área do urbanismo, permitir aos municípios o relacionamento directo com a cooperação internacional, que não se faz neste momento; a nível dos recursos humanos, se continuarmos com as assimetrias, sem criar as condições nos municípios os quadros querem ficar na Praia ou em S. Vicente; alguns aspectos do ensino básico poderiam ser descentralizados também; o turismo... Neste momento é caricato o que se passa com o turismo. Por exemplo no Sal, tenho aqui dados concretos que apontam o seguinte: o espaço que o INATUR gere é muito maior do que o espaço que o Município do Sal gere, o que é uma aberração. Assim, extinguiria todos os Ministérios técnicos, todos esses serviços iam para os municípios e ficaria só com os chamados Ministérios de soberania. Podíamos ter um governo formado por 5 ou seis ministros apenas. Agora, fazer isso, não depende de leis, depende de ter vontade política para tal, sem ela não vamos longe. Isso tudo vem confirmar que a nossa descentralização tem sido feita gota-a-gota. Saímos bruscamente de um sistema centralizador, digamos, de quinhentos e quinze anos, para um sistema que vai descentralizar, é evidente que em cinco anos tudo isso não se consegue mas podia-se avançar muito mais. Acho que o grande bloqueio da descentralização em Cabo Verde é político, porque enquanto o partido que estiver no Governo continuar com a mentalidade que deve descentralizar em função da cor política dos municípios estamos mal parados. E temos experiências, exemplos de descentralização no mundo hoje, claro que nós somos muito ligados a Portugal, claro que não se compara o que se fez em Portugal mas pode-se ver a experiência alemã que é de longe melhor do que a experiência portuguesa, mas parece que as pessoas não querem aprender com os outros.

- O sistema judicial tem sido muito solicitado desde sempre em Cabo Verde e

pode-se dizer que é uma das suas pedras de toque. Como o encara?

- É a tal questão: do ponto de vista institucional ou legal, nós temos um sistema judicial que está de acordo com aquilo que hoje em dia qualquer Estado moderno tem: a tal separação de poderes, a independência dos tribunais, do poder judicial, portanto, em relação aos outros poderes. Tanto é que são também órgãos de soberania. Do ponto de vista constitucional o nosso sistema é dos mais avançados que existem. O problema do funcionamento, para o grande público o fundamental é saber se os tribunais funcionam, se não funcionam, se são céleres ou não. As pessoas não estão preocupadas se o sistema é bom do ponto de vista constitucional, elas querem que os seus conflitos sejam resolvidos. Em verdade, nós temos um sistema muito móroso. Há dias, nas Jornadas da Justiça, comentava com outras pessoas que os juizes, os advogados, os agentes do Ministério Público devem trabalhar mais. É que neste país trabalha-se pouco. Diz-se muitas vezes: "bom, a justiça está mal, mas está mal porque não há meios, os magistrados são mal pagos..."

* Eu acredito que de facto não há meios, mas comparando os meios que existem agora com os meios que existiam há cinco ou há seis anos é evidente que são de longe melhores. É claro que ainda há situações nada boas. Por exemplo, vai-se ao tribunal de Santa Catarina, eu há dias estive lá, trabalhar naquelas condições de facto não motiva ninguém. Temos um sistema muito bonito no papel, na Constituição, mas em termos de meios (os que existem já são melhores do que antes) ainda faltam muitos meios, não só humanos, como materiais, como incentivos ao pessoal dessa área. Portanto, a culpa não é só dos tribunais, dizem que os tribunais funcionam mal; eu julgo que a culpa não é só dos juizes, é de todas as pessoas que estão nesse sector, advogados, juizes, funcionários judiciais, todos têm a sua quota parte de culpa.

Mas nós podemos afirmar que em Cabo Verde, dentre os poderes, o poder judicial é dos poucos de que nos orgulhamos. Porque eu posso afirmar com segurança que os tribunais têm dado mostra e sinais de independência e isenção, não obstante também haver sinais evidentes de tentativa de influenciação ou de intromissão do poder, mas de um modo geral

O parlamento que temos é estreitamente fraco

têm funcionado com isenção, com autonomia e com independência. Mas o que me preocupa um bocadinho é que alguém defenda, como há dias se defendeu, que o Governo deve dar instruções ao Ministério Público no sentido de dar prioridade a este processo ou aquele processo, só faltou dizer "já agora indica este ou aquele juiz". Esses sinais é que me preocupam na questão da justiça em Cabo Verde. De um ponto de vista geral eu julgo que nós, como eu disse em termos de sistema, temos um sistema semelhante aos Estados mais modernos, mas em termos de eficácia há um longo caminho a percorrer. É por isso que as pessoas reclamam com alguma razão.

- Durante as sessões na Assembleia nos debates que se têm gerado, muitas vezes se ouve citar personalidades da área do Direito, nomeadamente de Portugal, para tentar esclarecer determinados aspectos do sistema em Cabo Verde. E também se faz referência ao Direito Comparado. Porque esse recurso frequente a esses mestres do Direito e o que é em termos simples, o Direito Comparado?

- Eu cito muitas vezes alguns catedráticos portugueses como poderia citar alemães e italianos, espanhóis ou até americanos. Cita-se portugueses porque nós, isso é cultural, é histórico, estivemos muitos anos como colónia de Portugal, os cabo-verdianos gostam dos portugueses, de Portugal, sabe-se isso, não é nenhuma novidade. Até por defeito de formação é normal que citeiros mais portugueses, assim como os portugueses citam outros, citam italianos, citam alemães... A questão é esta: hoje em dia sabemos que há pessoas que são autoridades em relação a uma determinada matéria. Portanto, é normal que se recorra a essas autoridades para tentar fundamentar e argumentar, porque muitas vezes dizer que tal tese é diferente de outra ou igual não basta... As pessoas convencem-se mais quando se diz que a tese é de um catedrático, é de uma pessoa reconhecida, de renome europeu ou internacional. Mas, para além disso, em termos de Direito não estamos a inventar nada, como Portugal também não está a inventar nada e o nosso Direito é quase cópia do português. De modo que nós defendemos aqui muitas vezes grandes teses que são iguais em Portugal e como em Cabo Verde não há investigação, não há estudiosos, não há doutrina, não há nada, vamos recorrer ao que há em Portugal, está mais à mão...

Falando do Direito Comparado, todo o mundo o refere e, como a palavra diz, no fundo vamos comparar soluções em vários sistemas, em vários países e adoptar um que se adegue melhor à nossa realidade. É uma espécie de comparação do que se faz em outras latitudes para optar por uma solução tendo em conta a própria realidade do país. Muitas vezes não interessa importar só por importar.

Mas voltando às citações, alguns deputados "se chateiam" porque não as percebem, nós sabemos que o nosso surgiu de um acidente

histórico, pois a vitória do MPD foi um acidente histórico. Então naquelas circunstâncias faziam-se listas sem critério nenhum e hoje temos o parlamento que temos que, com todo o respeito pelas pessoas que lá estão, é extremamente fraco. Sem exagero, posso dizer que em 79 deputados há vinte e trinta que merecem lá estar. Mas isso foi o resultado do processo. O PAICV é o grande culpado por aquilo que se passou, pela forma como aceitou que se fizesse a abertura à pressão. Nós impusemos no fundo essa abertura, eles aceitaram, talvez confiando que iam ganhar, e então não houve critério nenhum. Então, muitas vezes aqueles deputados ficam baralhados quando ouvem citações e como também não há muita capacidade de argumentação, as pessoas não têm preparação, e muitas vezes ficam baralhadas quando se citam pessoas de renome. Eu já reparei que o Dr. Veiga está sempre na Assembleia, não só por uma questão de gostar da Assembleia, eu até acredito que ele goste, mas ele sabe que tem que estar lá, porque se não estiver, muitas vezes, como se costuma dizer "eles podem ser levados na curva". Por isso vai lá comandar, mandar papéis, fazer sinais, a dirigir aquela orquestra, que é a bancada dele. Porque se ele não estiver será quase um desastre. Eu acho que se fosse possível dever-se-ia fazer uma lei, que definisse os critérios para quem deve ser deputado. Porque não dá. É claro que há bons deputados, mas francamente às vezes eu pergunto: "o que é que estou a fazer aqui?". Eu penso que os partidos políticos devem ter o máximo cuidado na feitura das futuras listas, porque senão vamos ter um parlamento como este, um parlamento desacreditado, e demasiadamente fraco.

Há tempos estive a falar com um embaixador de Cabo Verde, acreditado num grande país europeu. Esteve cá uma personalidade desse grande país que foi recebida por uma delegação parlamentar. Teria perguntado a esse embaixador se de facto a delegação era verdadeiramente constituída por deputados. perante a confirmação não quis acreditar.

Não estou a defender uma Assembleia só de quadros, só de intelectuais, mas que houvesse maior dosagem, porque em todos os parlamentos há sempre aqueles deputados cuja função é levantar o braço, não fazem mais nada. Mas nós podíamos ter maior equilíbrio, entre aqueles que estão lá só para levantar o braço, só para dizer sim e outros que dignificassem mais o país. Um apelo que faço aos partidos, eles é que detêm o monopólio para constituir listas, é que arranjem lista melhores para o próximo Parlamento, agora há tempo suficiente para isso. Infelizmente, nem toda a gente está interessada na política em Cabo Verde, porque como eu disse não há condições para fazer política.

- Que balanço faz da democracia cabo-verdiana, nos seus aspectos mais positivos e mais negativos? Gostaria que me destacasse, se tal é possível, neste cenário, as figuras que, pela negativa ou pela positiva, têm

contribuído mais ou menos para o processo democrático.

- Como costumamos dizer, a democracia cabo-verdiana começou a 19 de Fevereiro, com o anúncio da abertura política, embora na altura ainda não fosse possível partidos, mas os partidos passaram a existir. Apareceu logo o MPD, havia a UCID, desde muito antes. Os partidos passaram a existir de facto, de direito só depois da revisão constitucional do artº 4º. Depois da independência, para mim há três datas importantes: o 19 de Fevereiro de 90 e há ainda a data do golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 14 de Novembro de 80, que veio acabar com essa perversão histórica que era a unidade Guiné-Cabo Verde e 13 de Janeiro, que foi o fim do ciclo de 15 anos de um mesmo partido. Que balanço eu faço desta nossa democracia?

O balanço não pode ser de forma nenhuma negativo. Para já fizemos uma coisa importante, concordando ou não com ela, que foi a nova Constituição, que em termos de direitos fundamentais é das mais modernas do mundo, interessa agora é realizá-la; conseguimos fazer eleições livres em 91 e autárquicas também. É claro que tem havido fenómenos importantes aqui, como alguma intolerância, alguma arrogância no exercício do poder, mas isto advém de facto de uma maioria de 2/3 que foi uma maioria perversa, que só serviu para uma coisa, para se fazer uma Constituição. Mas essa maioria perversa é que fez com que a política em Cabo Verde fosse feita durante estes cinco anos, com muita arrogância, com muita petulância e com exclusão do outro. Há sinais preocupantes, há sinais inadmissíveis num estado de direito democrático de perseguição de pessoas, de marginalização de pessoas, de feitura de leis para atingir A, B ou C... Para mim o presidente da República tem a sua quota de responsabilidade nisso tudo porque poderia ter tido um papel muito mais interventor, a falta de poderes não desculpa, tolerou demais os abusos, os desmandos que o MPD tem feito e salvo uma ou outra ocasião não exerceu a sua magistratura de influência que um presidente da República sempre deve ter.

Há muitas pessoas que foram importantes neste processo, pessoas que estavam no MPD e que saíram, pessoas que estão no MPD ainda, pessoas que estão no PAICV, porque o PAICV afinal fez uma abertura séria, uma abertura transparente. Na altura todos temíamos, tínhamos dúvidas se a transferência seria pacífica ou não, mas foi exemplar, de modo que tem que se elogiar o PAICV pela forma como conduziu o processo, porque no fundo foi o PAICV o actor principal embora o ritmo, muitas vezes, tenha sido imposto por nós, o MPD na altura. Mas há factos marcantes negativamente. Há pessoas que subiram ao poder e mudaram totalmente. Entre essas pessoas, com alguma mágoa, eu vejo o Dr. Veiga. Eu não consigo imaginar o Dr. Veiga



aceitar factos que têm acontecido neste país e ser muitas vezes protagonista desses factos. Eu às vezes penso: "será que o homem dorme à noite quando cauciona ou assina decretos para cortar indemnização a A,B ou C? Será que ele consegue dormir?" Uma pessoa que eu conheci muito bem, quando ele próprio corta avenças a colegas, serão colegas mais tarde outra vez, corta, directamente ou então faz tudo para que os outros cortem? Eu não consigo imaginar o homem... Bom, a não ser que de um lado esteja o homem, Carlos Veiga e do outro lado o primeiro-ministro. Se calhar é possível distingui-los, é com mágoa que digo isso. Ele deve funcionar assim: eu aqui sou o Carlos Veiga, sou uma pessoa, sou humano, com coração, do outro lado sou um político, o político é um carrasco, não é? Talvez ele seja capaz de fazer esse papel.

Há pessoas que surgiram, que se revelaram. Destruíram-se alguns mitos e criaram-se outros. Quando eu vejo pessoas, e nem vale a pena citar nomes, que estão



hoje no MPD, na Comissão Política do MPD e olho para elas eu digo que de facto a nossa saída do MPD foi tardia. Eu lembro-me no dia das eleições, eu é que estava a receber os resultados das ilhas, apareceu lá gente que na véspera era mudamente pró-PAICV, que na véspera dizia "você não têm hipóteses", mas que apareceram lá, no MPD a festejar, isso é que me magoa um bocado. A vitória do MPD, como eu disse, foi um acidente histórico. Há pessoas que se tornaram célebres, importantes, sem ter feito nada para isso, bruscamente subiram a um pedestal e hoje são o que são e o MPD, infelizmente, se perder as eleições, (espero que as perca) corre o risco de desaparecer, porque está cheio de oportunistas.

Há pessoas que dizem, o PAICV não pode ganhar. Há dias um mais-velho perguntou-me se eu era do PCD. Eu disse "não, sou deputado independente". "Ah, disse ele, eu gosto de si quando fala, mas eu tenho medo que o PAICV ganhe". Mas porquê? - perguntei eu. "Se ganhar vão fazer vingança..." disse ele. Eu disse-lhe: "Olhe eu não acredito que o PAICV se ganhar seja capaz de fazer vingança", "Não! - disse ele - são perigosos... eu prefiro que o PCD ganhe porque ainda é novo. É como aquela história, quem é ladrão continua a ser ladrão sempre, mesmo que fique a melhor pessoa do mundo sempre fica com fama de ladrão, mas o PCD pelo menos ainda não tem fama de ladrão..."

"Mas porquê que o senhor detesta o PAICV?"

"Não, os gajos são maus, fizeram coisas..."

"Mas agora, veja uma coisa: o senhor acha alguma diferença entre aquele PAICV antigo e o actual MPD". Ele vira-se e diz:

"O senhor tem razão, não há diferença."

"Mas porque é que não há diferença?"

"Bom, não há diferença porque de facto

"... que o Dr. Veiga está sempre na Assembleia, não só por uma questão de gostar da Assembleia, eu até acredito que ele goste, mas ele sabe que tem que estar lá, porque se não estiver, muitas vezes, como se costuma dizer "eles podem ser levados na curva". Por isso vai lá comandar, mandar papéis, fazer sinais, a dirigir aquela orquestra, que é a bancada dele. Porque se ele não estiver será quase um desastre".

quase toda essa gente que agora manda no MPD era gente do PAICV..."

"Então, tenho razão, se o PAICV é um perigo, o MPD é pior, porque este MPD é o PAICV antigo. Só não fazem mais porque hoje o sistema é aberto..."

Acho caricato quando eles dizem que o PCD está alinhado com o PAICV. Eu digo que essa gente não se vê ao espelho, porque de facto quem tem motivos para estar com o PAICV são eles. Basta ver a Comissão Política do MPD, são todos, se calhar todos eles, produtos ou criação do PAICV. E há aí pessoas que estiveram no PAICV até depois de 91, a pagar quotas no PAICV... Está certo, as pessoas



mudam, acho bem que as pessoas mudem, mas eu nunca na minha vida pude imaginar que o partido que eu ajudei a criar, tempos depois estivesse com uma espada sobre a minha cabeça na Assembleia. Porque aquele pessoal na Assembleia, eu disse-o já, se o Veiga disser "mata" eles matam mesmo e viu-se na altura do caso mais vergonhoso desta Assembleia que foi o caso da expulsão do Hermígio da lista, porque ele teria dito que sentia nojo em pertencer ao grupo parlamentar do MPD. Então vários deputados que votaram aquilo antes disseram-me: "isto é absurdo mas tenho que fazer isto porque o partido quer".

A propósito do hino alguns deputados falaram comigo. Houve um deputado da bancada do MPD que me pediu para avançar com uma proposta alternativa que era a apresentação da letra e da música do Vasco Martins. Seria uma forma de não ser obrigado a violentar a sua consciência para votar o hino. Eu concordei, mas tenho a informação que a coisa foi discutida no grupo parlamentar do MPD, um facto a confirmar, mas disseram "nem pensar, vamos é com este hino, ou vota-se ou não se vota", é claro que o tal deputado não avançou no plenário a tal proposta alternativa. Falou comigo, e disse-lhe "apoio cem por cento a letra e a música do Vasco Martins, acho que tem dignidade para ser um hino", mas não avançou. Houve deputados que me disseram "eu voto esse hino porque sou obrigado a votá-lo". Nós até quisemos pregar uma grande partida, propor a votação secreta mas disseram "nem pensar". São estes fenómenos que acontecem que eu nunca pude

imaginar que num sistema democrático fosse possível.

E tenho alguma ilusão às vezes com essa história da democracia, mas receio que em Cabo Verde não seja possível. Eu adoro a experiência americana, mas pensar na experiência americana para Cabo Verde é uma loucura, porque lá há uma cultura política diferente, uma cultura democrática diferente, está quase enraizada nos genes do americano, do britânico ou francês. Nos cabo-verdianos, acho que isso vai demorar muito tempo. Eu acompanhei as eleições americanas, nos últimos três meses, estive lá, e havia pessoas que diziam que eram republicanas mas que iam votar nos democratas porque os republicanos não fizeram nada. Aqui em Cabo Verde as pessoas não têm o direito de escolher, têm que seguir os partidos cegamente. Por isso é que eu repito: entrar em partidos políticos, jamais! Porque, de facto, aqui, nessa cultura nossa o partido acaba com a tua individualidade, o partido acaba com a tua forma de pensar. Eu vivi isso.

- Fala-se muito em consenso, há quem o defenda, mas tem-se visto pouco consenso...



- Quando um partido tem dois terços de deputados esse partido acha que ele é o dono do mundo e para ele o consenso resume-se e esgota-se nele.

A solução ideal para Cabo Verde nem sequer é a da maioria absoluta. Precisa-se de maioria qualificada para fazer a Constituição, leis constitucionais, ou de revisão. Ora, parece-me ser impossível uma nova maioria qualificada em Cabo Verde. Maioria absoluta precisa-se somente para governar, mas com esses políticos que temos, com a sua anti-cultura política penso que qualquer partido com maioria absoluta no país terá tentações totalitárias: então eu acho que a solução ideal para Cabo Verde, até porque somos tão pequenos, toda a gente se conhece, deve ser uma que obrigue as pessoas a se entenderem. Qualquer partido que tiver maioria absoluta vai governar de costas para o resto. Por isso é que eu entendo que o consenso em Cabo Verde só é possível sem partidos maioritários. Era bom que os partidos obtivessem resultados próximos uns dos outros.

Até parece estranho, porque o cabo-verdiano é muito brando, de bons costumes e quem é brando e de bons costumes deve

Lançado na Praia livro sobre a imigração cabo-verdiana

“Portugal Crioulo”

PÚBLICO, 30 6 95

Nelson Saite,
na Cidade da Praia

Um jornalista cabo-verdiano, Vladimir Monteiro, interrompeu a sua actividade na agência onde trabalhava e foi empregar-se nas obras em Lisboa. Para ouvir o “Portugal Crioulo” que enche de murmúrios o quotidiano.

Já não é preciso procurar os cabo-verdianos em Portugal, o dia-a-dia enche-se de murmúrios desta gente crioula. Mesmo assim, Vladimir Monteiro, 31 anos, nascido no Sene-

gal, jornalista da Cabopress, a agência cabo-verdiana de notícias, procurou-o. “Portugal Crioulo”, o livro que acaba de lançar, é uma reportagem que se deixa contaminar pelas suas vozes, que dão ao português outro sentido e outra música.

Conhecia o trabalho que António Carreira desenvolvera sobre as imigrações, mas não lhe bastava. Admirava a ficção de Teixeira de Sousa, ela também plasmada nos universos que se miscigenaram noutras geografias, mas não era o suficiente.

Fez ele a sua aventura. Para contar a dimensão crioula que engrandece este país, que trouxe a sabura das suas ilhas, que derrama a morabeza nos seus rostos de beleza espantada, que agita os corpos nas moras e coladeras, que sua os calos nas obras de construção civil, que pensa e escreve, que canta e encanta, que enche de ódios a alguns obnóxios.

O nome e a saga de Gunther Walraff aguçaram-lhe o

engenho. “Resolvi lançar-me nessa aventura”, conta. Pediu licença sem vencimento por um ano e adejou para Lisboa, estava-se em Dezembro de 1993. “Já tinha uma ideia do trabalho que ia fazer.” Por isso não lhe foi difícil o enquadramento na complexa realidade que queria desocultar. Não obstante, desfez alguns dos pressupostos iniciais. “Pensava escrever um romance”, mas o contacto com a realidade empurrou-o “para a reportagem jornalística”. Razão por que assim procedeu? “Optei por dar a palavra aos personagens em vez de os fotografar.”

A mudança de género permitiu-lhe ampliar os objectivos: “É a melhor forma de sensibilizar as pessoas.” Contudo, o resultado da sua “viagem pela Grande Lisboa” não se resume ao mero espanto, é também, sobretudo, a captura de “ângulos e abordagens diferentes”, que lhe permitiriam construir uma reportagem que não cede a maniqueísmos. Retrata o mun-

do cruel das obras, mas também fala dos cabo-verdianos acudidos pela sorte.

Vladimir permaneceu um mês na construção civil, conviveu duramente com muitos dos seus compatriotas. “Ganha-se dinheiro, mas o risco de perder a vida é enorme.” Teve um acidente, forneceram-lhe álcool para queimar a ferida, e foi obrigado a permanecer em casa. Regressado ao trabalho, apercebeu-se de que aqueles dias não tinham contado. É por esta e por outras razões que afirma que muitos alimentam uma “pura ilusão” quando julgam que, nas obras, se ganha “muito dinheiro” — porque não há preço que compense a insegurança.

O trabalho nas construção civil desumaniza? “As pessoas não têm tempo para ter conversas íntimas. Querem é ir para casa. Recuperar.” Mesmo na hora que se destina ao almoço, não há diálogo possível, a única conversa que sobrevive é sobre o futebol. Aqui radica uma das razões que obrigaram Vladimir a inserir-se no meio por osmose mais do que o visitar e o retratar posteriormente de forma exógena.

Depois partiu para outros destinos. Contactou políticos, sindicalistas, religiosos e dirigentes e associados em organizações de imigrantes que polvilham Portugal, meteu-se em arquivos, entrevistou estudantes.

“Portugal Crioulo” é uma reportagem que se descobre na pluralidade que a dispersão cabo-verdiana consentiu. Nele depõem tanto serventes como administradores, peiteiras ou intelectuais. Vladimir Monteiro tentou publicá-la em Portugal, mas desconseguiu — uma das editoras que contactou chegou a pedir-lhe dois mil contos. De regresso a Cabo Verde, obteve o benefício da X Feira do Livro, realizada no ano passado, cuja receita serve parcialmente para apoiar revelações. Chancela o volume o Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

O jornalista mantém a ideia de escrever um romance, mas guarda-a para outras oportunidades. Agora, avança para dois projectos: outro livro sobre a mesma temática deste “Portugal Crioulo” e um outro sobre música, ambos reportagens. “Pretendo falar mais sobre música do que sobre a história da música.” A aposta decorre da necessidade de a salvar de um possível desaparecimento. Será, por conseguinte, um trabalho documental. “O que temos agora mais tarde ou mais cedo irá desaparecer.”

Continua na pág. 10



“Temos um Presidente da República cuja presença praticamente não se sente, e a culpa não é apenas dos poderes presidenciais, e, fundamentalmente, por causa da personalidade do titular do órgão. O actual PR é uma pessoa pacífica, apagada e sem qualquer protagonismo; é demasiado low profile para o cargo. As vezes fico com a sensação de que ele se meteu numa redoma de vidro, para nem sequer apanhar poeira; mas quem está na política deve sujeitar-se ao fume e à poeira do poder”.

procurar resolver tudo pela via do consenso, mas aqui não. Nós, estranhamente, como disse e repito, tivemos o azar de ver surgir uma maioria de 2/3 que inviabilizou tudo e que só serviu para aprovar a Constituição.

O caso do hino é sintomático também. Tinha que ser consensual, mas fez-se o hino, ninguém sabe quem o fez, fez-se tudo isso de baixo do pano, de baixo da mesa... não há um debate, não se envolve a sociedade civil, leva-se para a Assembleia para se jogar com votos, vai-se tentar não se sabe o quê junto das pessoas para votarem... Quer dizer, acho que as coisas não podem funcionar assim. Portanto, eu entendo que em Cabo Verde o consenso será encontrado no dia em que não

houver nenhum partido com maiorias.

É também temos que combater a mentalidade segundo a qual a vida em Cabo Verde se esgota e se resume aos partidos. Infelizmente tem sido assim. Tentar dar voz àquilo a que chamamos sociedade civil é uma necessidade imperiosa. Por exemplo, por onde eu passe, toda a gente me considera do PCD, eu não me posso livrar disso. Mas eu pergunto: os cabo-verdianos têm que estar em partidos, obrigatoriamente? Percebo que não. Quero continuar como estou, livre de compromissos partidários. Até porque assim posso continuar a escrever e a emitir opinião sem quaisquer compromissos. Sabe, ter e dar opinião num país como este é algo complicado.

Governo angolano e UNITA acusam-se mutuamente

Confrontos na província do Soyo

PÚBLICO, 30.6.95

O INESPERADO regresso a linguagem musculada das frentes de combate era ontem indissociável em Luanda, na atmosfera de tensão que marcou o reatamento das conversações entre as delegações das duas partes, interrompidas durante uma semana para longas consultas, no Bailundo, entre os enviados do "Galo Negro" e Jonas Savimbi.

O Governo ameaçou com "medidas apropriadas" para defender a vila do Nzeto, na província do Soyo, dos ataques da UNITA, enquanto esta garantia que "as forças governamentais foram repelidas" ao tentar recuperar a comuna de Quinzau.

A intenção de Luanda em capitalizar ao máximo a situação decorrente dos confrontos das últimas 72 horas na província petrolífera do Norte, explica que tenha sido o próprio Presidente José Eduardo dos Santos a fazer o "ponto da situação" militar, substituindo-se aos habituais comunicados do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA).

"São acontecimentos muito graves, que vamos analisar para tomar medidas mais apropriadas", disse Eduardo dos Santos, numa tentativa de tranquilizar os "falcoes" das FAA, irritados com a escassa colaboração que a UNITA estaria a dispensar na aplicação urgente das medidas de carácter militar.

Ontem à tarde, as autoridades voltaram a acusar as FALA (exército da UNITA) de terem bombardeado a vila do Soyo, mas Isaias Samakuva, o chefe da delegação do "Galo Negro" na Comissão Conjunta, depois de ter negado qualquer dos ataques, optou por serenar os ânimos. "Tudo o que perturbe o processo de paz tem de ser resolvido. Há algumas iniciativas de comandantes locais que querem ganhar alguma vantagem no terreno. As chefias têm a responsabilidade de disciplinar estes comandantes e vamos pôr cobro a estas iniciativas".

No caso do Soyo, cujo "onshore" garantia uma produção diária de 25 mil barris de petróleo até 1993, a ministra dos Petróleos receia que o regresso da instabilidade arraste de novo os técnicos das companhias operadoras que nos últimos tempos estão

a reerguer as estruturas destruídas para regressar à região. "Deus queira que tudo não passe de incidentes de percurso", disse Albina Assis, esclarecendo que o país perde diariamente receitas da ordem dos 400 mil dólares devido à suspensão da exploração petrolífera na bacia do Soyo, há quase 27 meses.

O súbito reacender das recriminações mútuas, desde quarta-feira, além de complicar ainda mais as conversações que decorrem desde o dia 19, vem também comprovar a extrema fragilidade do processo de paz. E os confrontos que agora se registaram no norte do país surgem na sequência do crescendo de tensões acumuladas durante todo o mês de Maio, nas províncias da Lunda Norte e Moxico, perante a impotência da UNAVEM em neutralizá-las.

"Na Lunda Norte, por exemplo, vai ser muito difícil aquartelar as tropas dos dois lados. A camanga (tráfico de diamantes) dá muito dinheiro a pessoas com responsabilidades de um e outro lado e parece que até os observadores das Nações Unidas já começaram a envolver-se no negócio", comentou um analista político.

Críticas a Alioune Beye

Garante um relatório confidencial da UNAVEM que só entre os dias 5 e 12 deste mês registaram-se 444 violações ao cessar-fogo, sendo 25 atribuídas às FAA e um número superior não especificado às FALA. Mas optando por ignorar a realidade, a UNAVEM acabou por atribuir o grosso destas violações a "grupos armados não identificados". "O mediador Alioune Blondin Beye está a cometer erros graves de estratégia ao dar cobertura aos tais grupos armados, como se desconhecemos que se tratam de forças do Governo e da UNITA que nada fazem para as disciplinar ou neutralizar", comentou um diplomata que acompanha o processo de paz.

Neste avolumar de incertezas, ninguém estranha que os doadores internacionais estejam a reagir com timidez quanto aos dinheiros prometidos para a desmobilização e reintegração dos dois exércitos nas forças armadas nacionais. Só 179 mil

dólares dos 55 milhões de dólares solicitados em Janeiro vão ser disponibilizados até ao fim do mês, segundo um relatório divulgado nos últimos dias pela Unidade de Coordenação das Ajudas Humanitárias das Nações Unidas (UCAH). Aceite já o princípio da incorporação global das tropas da UNITA nas FAA, a UCAH aumentou o orçamento inicial para mais de 92 milhões de dólares, o que acabou por justificar um segundo apelo aos doadores. Só para a fase de aquartelamento dos 60 mil soldados das FALA, que deverá iniciar-se em Agosto, para durar cinco meses, são precisos mais de 48 milhões de dólares.

Outro sinal de desconfiança perante a fraca capacidade da

ONU em liderar o processo de paz foi dado ontem pelo ministro da Defesa do Zimbabwe, ao pôr em dúvida o envio, até ao dia 23 de Julho, de um batalhão de infantaria, uma vez que não existem garantias de aumento das verbas acordadas com os mais de dez países que vão fornecer os sete mil capacetes azuis, mil dos quais de Harare.

Estes condicionamentos financeiros, bem como a vontade política da UNITA e do Governo em aplicar o Protocolo de Lusaca, serão objecto de discussões tripartidas entre Eduardo dos Santos, Jonas Savimbi e Butros-Ghali, quando o secretário-geral da ONU visitar Angola, no dia 15 de Julho. ■

Agência dos Santos, em Luanda

Continuação da pág. anterior

'Portugal Crioulo'

Tem havido diversos trabalhos nesta área, reconhece, mas adverte para que estes têm privilegiado os compositores. Casos de Eugénio Tavares ou B. Leza, dois dos mais emblemáticos nomes da música cabo-verdiana. Já neste seu primeiro livro inclui um capítulo sobre a música do seu país, em que transcreve letras de Eugénio Tavares, B. Leza, Malaquias Costa, Luís Morais, Amândio Cabral, Manuel D'Novas.

"Portugal Crioulo", para além de ser um livro que informa — surpreendendo com histórias aparentemente conhecidas deste quotidiano português —, é uma obra utilíssima: quadros estatísticos, mapas, endereços de instituições ligadas a Cabo Verde, situação geográfica deste país, entre outros.

Mais do que um retrato, é a resposta a muitas das questões que os problemas da imigração colocam. Cabo Verde não cabe dentro de si, e este livro ensina as razões da sua dispersão. Já no século passado, os cabo-verdianos tinham partido na aventura dos baleeiros para a América; depois, as fomes obrigaram-nos a fugir para São Tomé e Príncipe. Angola ou Senegal partilhariam a rota. Quando, há décadas, Portugal se viu privado de braços para se construir porque os aborígenes se tinham lançado à descoberta de outros mundos, os cabo-verdianos haviam de os acudir e, hoje, enchem de murmúrios os quotidianos em Portugal. País que é deles, também, apesar de tudo. ■

25.7.95

I M P R E S S O